

TERRITORIAL



A análise da variação do PIB municipal a partir de 2010 mostra que o crescimento da economia se deu principalmente no interior do país, em cidades de pequeno e médio porte, menos urbanizadas e que anteriormente possuíam maior dependência dos grandes polos econômicos tradicionais. Em 2015, com o advento da crise, essas cidades também foram afetadas, mas sua economia reagiu de diferentes formas, fundamentada em setores econômicos específicos.

PIB dos municípios brasileiros: crescimento e recessão econômica

Se para 2018 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 6,8 trilhões de reais posiciona o país como a nona maior economia mundial, um olhar de como os grandes setores econômicos se desenvolvem regionalmente permite identificar peculiaridades até então não muito discutidas. A dinâmica econômica local também permite aos municípios enfrentar os momentos de bonança e de crise ou estagnação econômica nacional com diferentes níveis de saúde financeira.

Alguns conseguem manter seu crescimento, enquanto outros afundam-se financeiramente e em qualidade de vida para sua população. Apesar de naturalmente incompleto, principalmente no que tange a mensurar a qualidade de vida da população, a análise estatística do PIB, aplicada aos municípios, permite vislumbrar seu desempenho econômico e o resultado local das políticas macro e regionais, o que inevitavelmente impacta as populações no dia a dia.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma importante evolução metodológica na estimativa do Produto Interno Bruto municipal a partir de 2010, cuja principal alteração foi adaptá-la à então nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A presen-

te análise optou então por partir deste ano base e prosseguir até o ano de mais recente divulgação dessa base de dados, 2016, que se tornou, em consequência, o ano-base para o cálculo da variação real anual do PIB municipal. Utilizou-se para tais cálculos os deflatores oficiais divulgados pelo site do IBGE, por meio da ferramenta digital Sidra.

Para esboçar a realidade em momentos distintos de saúde econômica do país, optou-se aqui por fazer dois recortes temporais: um primeiro de 2010 a 2014, de crescimento econômico, e outro para os anos 2015 e 2016, fazendo a comparação dos resultados de 2014 a este último ano, 2016. Cabe ressaltar ainda que, para facilitar a análise, a variação anual média do PIB municipal foi classificada em quatro classes: a dos municípios brasileiros que tiveram redução do valor real, a dos com crescimento de até 2,9%, os com crescimento de 3% a 5,9% e os que cresceram a taxas anuais superiores a 6%.

Ao comparar os resultados que serão aqui expostos com o crescimento atual da economia que mais cresceu no mundo nos últimos anos, a chinesa, e que possui estimativas de crescimento superiores a 6% em 2019, pode-se dizer que houve no Brasil, entre 2010 e 2014, um terço dos municípios (1.669)

crescendo em igual proporção, e que mesmo no período de crise em 2015 e 2016, 835 municípios ainda crescem a iguais taxas. É sobre estes municípios e os que se encontram no outro extremo de saúde econômica, os com maior encolhimento de sua economia, que este estudo se propõe a debruçar-se.

Onde e quando

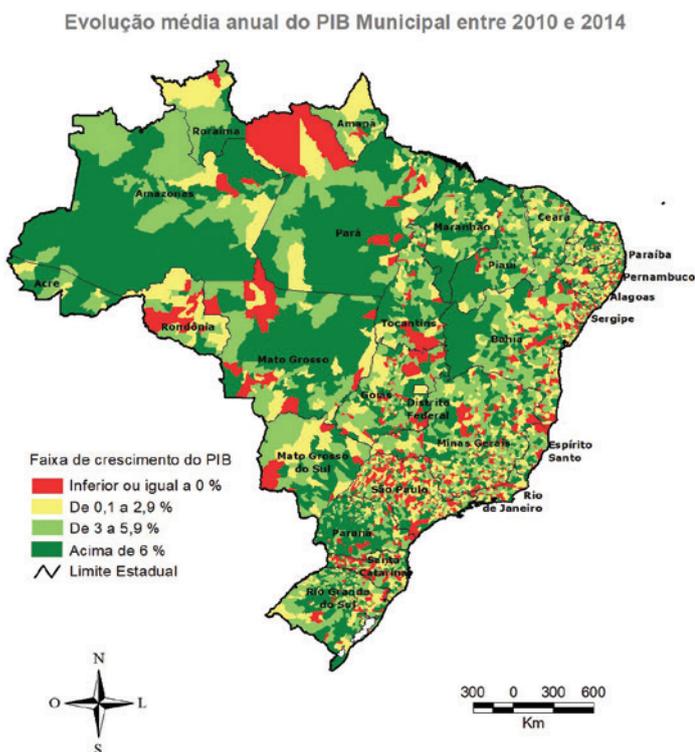
A comparação entre os mapas a seguir permite observar a discrepância entre o crescimento da economia do país no período entre 2010 e 2014 e o período recessivo de 2015-2016. O mapa 1 demonstra que o crescimento daquele período se concentrou em municípios e regiões onde historicamente há menor desenvolvimento econômico e social, o interior do país, algo importante sob vários aspectos, sejam eles a diversidade da economia, o impacto econômico positivo em regiões mais carentes e consequentes pré-condições para redução de desigualdades ou a consolidação de novos polos econômicos nacionais. Os estados do Amazonas, Piauí, Maranhão, Acre, Paraná, Ceará, Pará e Mato Grosso contaram com 70% ou mais de seus

municípios nas duas faixas verde do mapa, ou seja, com os maiores crescimentos do PIB.

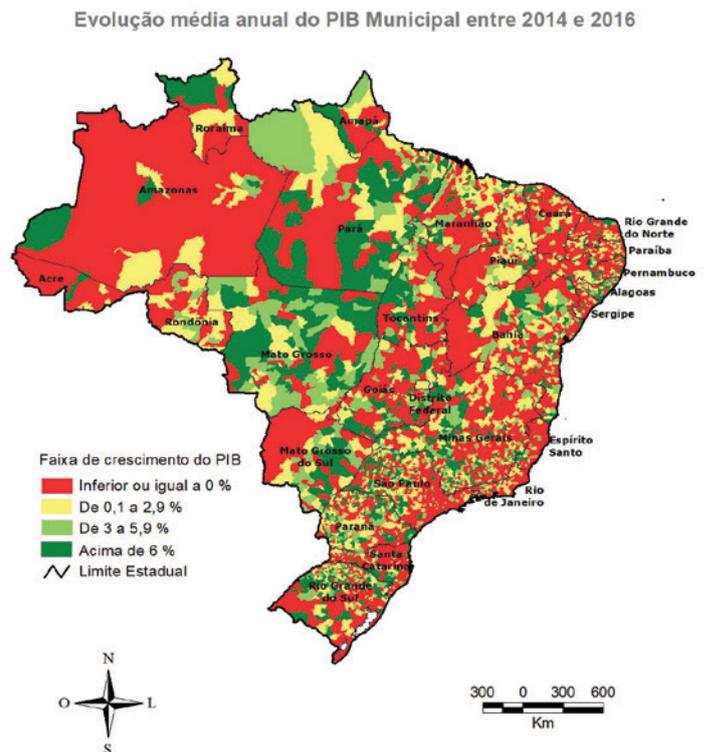
O forte impacto da recessão no país como um todo é facilmente perceptível no mapa 2, que se baseia nos resultados de 2015 e 2016. Mas ele, comparativamente ao mapa 1, também permite observar três cenários:

- as poucas regiões que mantiveram seu crescimento: principalmente alguns municípios dos estados de Mato Grosso, com 64,5% destes com crescimento superior a 3%, Alagoas (46,1%), Pará (45,8%), Tocantins (43,2%) e Mato Grosso do Sul (43%);
- as regiões que apresentaram inversão de seu forte crescimento anterior: notadamente municípios do Acre (81% destes com PIB médio anual negativo), do Amazonas (77,4%) e do Ceará (68,5%);
- as regiões que já apresentavam proporções de municípios com PIB negativo bem superiores à média mesmo no período de 2010 a 2014. Se destacando Rondônia (com 46,2% de seus municípios com PIB negativo), Rio de Janeiro (55,4%), São Paulo (56,1%), Sergipe (66,7%), Espírito Santo (66,7%) e Santa Catarina (67,1%).

Mapa 1 – Período de crescimento econômico (2010 a 2014)



Mapa 2 – Período de recessão econômica (2015 e 2016)



A tabela 1 permite perceber que quase um terço das cidades brasileiras (1.669) apresentaram crescimentos superiores a 6% entre 2010 e 2014. Cerca de 39,6% das localizadas na região Sul se enquadraram neste perfil. No entanto, com percentuais muito próximos aos do Sul estão duas regiões de fora do eixo de economia mais consolidada do

país, as regiões Norte, com 38,5% de seus municípios neste perfil e a Centro-Oeste, com 35,8%. A região sudeste possui a menor proporção neste aspecto, 22,5%. É ela também que apresenta a maior proporção de municípios com variação negativa no PIB no período, 23,1%, frente a 10,5% no Nordeste e 10,9% no Norte.

Tabela 1 – Municípios por faixa de crescimento econômico e grande região geográfica entre 2010 e 2014

Grande Região	Faixa de Crescimento Médio Anual do PIB								Total de Municípios
	Acima de 6%		De 3 a 5,9%		De 0 a 3%		Negativo		
	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	
CENTRO-OESTE	167	35,8	130	27,9	102	21,9	67	14,4	466
NORDESTE	484	27,0	643	35,8	478	26,6	189	10,5	1.794
NORTE	173	38,5	131	29,2	96	21,4	49	10,9	449
SUDESTE	375	22,5	432	25,9	476	28,5	385	23,1	1.668
SUL	470	39,6	330	27,8	241	20,3	147	12,4	1.188
BRASIL	1.669	30,0	1.666	29,9	1.393	25,0	837	15,0	5.565

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2014/IBGE.

Em apenas dois anos de crise, a quantidade de cidades com os maiores crescimentos de PIB caiu pela metade (835 cidades). A tabela 2 mostra que as regiões com maiores proporções de municípios nesta situação permaneceram as mesmas. No entanto, o protagonismo passou a ser da região Cen-

tro-Oeste, com 25,9%, ao passo que o Norte possuía 17,8% e o Sul 17,4% de seus municípios com crescimento superior a 6%. O Sudeste continuou a ser a região com maior concentração de municípios com PIB negativo, cerca de 53,4% destes.

Tabela 2 – Municípios por faixa de crescimento econômico e grande região geográfica entre 2014 e 2016

Grande Região	Faixa de Crescimento Médio Anual do PIB								Total de Municípios
	Acima de 6%		De 3 a 5,9%		De 0 a 3%		Negativo		
	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	
CENTRO-OESTE	121	25,9	66	14,1	76	16,3	204	43,7	467
NORDESTE	188	10,5	178	9,9	502	28,0	926	51,6	1.794
NORTE	80	17,8	68	15,1	111	24,7	191	42,4	450
SUDESTE	239	14,3	191	11,5	347	20,8	891	53,4	1.668
SUL	207	17,4	146	12,3	274	23,0	564	47,4	1.191
BRASIL	835	15,0	649	11,7	1.310	23,5	2.776	49,8	5.570

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2014 a 2016/IBGE.

Conforme demonstra a tabela 3, o crescimento da economia municipal, no período de 2010 a 2014, foi maior nos municípios de baixa e média urbanização, a taxas médias anuais de 5,4% e 4,4%, respectivamente. Os de média urbanização também se mostraram mais estruturados para enfrentar a crise, pois o decréscimo em sua economia (-0,9%)

foi em média 3,5 vezes menor do que a média nacional (-3,3%). Em média, as cidades que possuíam 70% ou mais de seus domicílios no meio urbano, no entanto, apresentaram tanto menor crescimento no período de bonança econômica (2,1% médios anuais), quanto maior fragilidade econômica (-3,5%) no período de crise.

Tabela 3 – Grau de urbanização

Crescimento médio anual real do PIB dos municípios por Grau de Urbanização	2010 a 2014	2014 a 2016	Nº de municípios
Inferior a 40% de urbanização	5,4	-2,1	859
De 40% a 69,9% de urbanização	4,4	-0,9	2.234
Com 70% de urbanização ou mais	2,1	-3,5	2.472
Total	2,3	-3,3	5.570

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2016/IBGE.

Entre 2010 e 2014, as cidades que mais cresceram foram as de pequeno e médio porte (entre dez mil e cem mil habitantes) a taxas de crescimento anual médio superiores a 4%. A tabela 4 permite perceber que, no mesmo período, as com mais de quinhentos mil habitantes cresceram em média quatro vezes menos, a 1% anuais.

Em 2015 e 2016, foram principalmente as pequenas cidades, com até dez mil habitantes, que cresceram. Nas de maior porte, a variação econômica média anual foi negativa, com maior expressão nas cidades que possuíam entre cem mil e quinhentos mil habitantes, que apresentaram redução média anual do PIB de 5,1%, aproximadamente o dobro das com porte entre dez e cem mil habitantes.

Tabela 4 – Porte municipal

Crescimento médio anual real do PIB dos municípios por tamanho do município	2010 a 2014	2014 a 2016	Nº de municípios
Até 5.000 habitantes	3,2	2,8	1.237
De 5.001 a 10.000 habitantes	3,1	1,2	1.210
De 10.001 a 20.000 habitantes	4,2	-1,8	1.364
De 20.001 a 50.000 habitantes	4,8	-2,7	1.100
De 50.001 a 100.000 habitantes	4,2	-2,7	350
De 100.001 a 500.000 habitantes	2,3	-5,1	268
Com 500.001 ou mais habitantes	1,0	-2,9	41
Total	2,3	-3,3	5.570

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2016/IBGE.

Setores econômicos

Outra pergunta que o presente estudo se esforça para responder é sobre os setores econômicos que motivaram essas recentes dinâmicas na economia das cidades brasileiras. Para tal, optou-se por analisar a variável “Atividade econômica com maior valor adicionado bruto” nos municípios, constante dos microdados do PIB Municipal/IBGE. Desta forma, pretende-se vislumbrar quais os setores econômicos preponderantes dos municípios que se destacaram nos extremos do desempenho econômico, os de crescimento médio anual superior a 6% e os com decréscimo no PIB, para ambos os períodos temporais.

Nesta lógica, a tabela 5 mostra que 40% dos municípios que se destacaram positivamente no período aqui analisado (2010 a 2014) como o de maior crescimento da economia, possuíam o setor de serviços públicos e seguridade social como o principal responsável pelo seu crescimento econômico.

Neste aspecto, o setor de serviços também possuía o papel de maior relevância para 24,6% dos municípios, seguido do setor agrícola, para 18,8% destes.

Já no período de recessão econômica, pode-se observar que as práticas de contenção de gastos e precarização dos serviços públicos atingiu em cheio mesmo os municípios que mais cresciam no país. Notadamente os demais serviços não públicos também foram afetados. O primeiro setor passou a contemplar apenas 31,7% dos municípios, enquanto o segundo, 14%. Os dados mostram que apenas metade dos municípios conseguiu sustentar índices de crescimento similares, e somente quando houve uma maior diversificação de sua economia. Nestes, o setor agrícola cresceu em onze pontos percentuais sua importância, contemplando 29,9% dos municípios. Mas também o setor de eletricidade, gás e gestão sanitária, antes praticamente sem representação, passou a contemplar 9% destes municípios, e a indústria de transformação, que cresceu sua participação neste grupo de 6,8% para 8,5%.

Tabela 5 – Municípios com maior crescimento econômico por setor econômico de relevância

Atividade econômica com maior valor adicionado bruto dos municípios com crescimento médio anual do PIB superior a 6%	2010 a 2014		2014 a 2016	
	Nº	%	Nº	%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	671	40,2	265	31,7
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	314	18,8	250	29,9
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	45	2,7	12	1,4
Construção	9	,5	3	,4
Demais serviços	411	24,6	117	14,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	5	,3	75	9,0
Indústrias de transformação	114	6,8	71	8,5
Indústrias extrativas	41	2,5	5	,6
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	41	2,5	29	3,5
Produção florestal, pesca e aquicultura	18	1,1	8	1,0
Total	1.669	100,0	835	100,0

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2016/IBGE.

A tabela 6 se propôs a expor a realidade inversa, as dos municípios com PIB negativo em ambos períodos. Nela pode-se observar que a preponderância dos setores de serviços públicos e privados foram mantidos como o principal motor da economia lo-

cal. Todavia, com o já mencionado arrocho no custeio e investimento público e a menor capacidade de consumo de serviços privados pela população, estes dois setores não conseguiram sustentar a economia local. E seja por falta de investimento ou

perfil municipal e geográfico da região, não houve diversificação econômica. Notadamente os setores agrícola, de energia e saneamento e o industrial, na

condição de principal propulsor econômico local, perderam participação neste momento de crise.

Tabela 6 – Municípios com maior crescimento econômico por setor econômico de relevância

Atividade econômica com maior valor adicionado bruto dos municípios com variação média anual do PIB negativa	2010 a 2014		2014 a 2016	
	Nº	%	Nº	%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	377	45,0	1.388	50,0
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	66	7,9	208	7,5
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1	0,1	19	0,7
Construção	-	-	3	,1
Demais serviços	234	28,0	884	31,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	41	4,9	13	0,5
Indústrias de transformação	66	7,9	139	5,0
Indústrias extrativas	23	2,7	27	1,0
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	21	2,5	84	3,0
Produção florestal, pesca e aquicultura	8	1,0	11	,4
Total	837	100,0	2.776	100,0

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2016/IBGE.

As tabelas 5 e 6, em suma, demonstram que fragilizar o serviço público é atacar diretamente a economia dos municípios. Quando isto ocorre, se não houver investimento em outros setores que os substituam neste papel de dinamizador econômico, a economia municipal seguramente rui.

O setor agrícola, que também desponta com elevada importância nestes resultados positivos da economia municipal, vem se revolucionando e crescendo por meio do uso de tecnologias de ponta, inclusive. Mas isso ocorre também em uma proporção de difícil mensuração, em detrimento do meio ambiente. O aumento do desmatamento ilegal, contaminação de recursos hídricos e solo, aumento do uso de agrotóxicos e violência contra camponeses,

indígenas e outros povos, que vivem há séculos em harmonia com o meio em que vivem, demonstra uma face negativa e não sustentável do setor que hoje mais cresce no país.

A realidade, no entanto, também faz levantar a indagação sobre se é desejável qualquer crescimento a qualquer custo, sem pensar no futuro, em vez de um mais lento e ambientalmente responsável no setor. E se não é factível um melhor caminho para a atual lógica de “crescimento econômico”, investindo-se também em um setor público possuidor de potencial para dinamizar a economia nacional a partir do local, para oferecer melhores serviços e qualidade de vida à população, bem como em um setor industrial sustentável.